

## **Comissão Europeia**

### **Publicação de uma vaga para o cargo de diretor-executivo adjunto do Fundo Europeu de Investimento**

COM/2024/20098

#### **Quem somos**

A Comissão Europeia tenciona nomear o diretor executivo adjunto (DEA) do Fundo Europeu de Investimento (FEI).

Em conformidade com o disposto no artigo 16.º do Regulamento Interno do FEI<sup>1</sup>, incumbe ao membro do FEI com o segundo maior número de ações (atualmente a UE, representada pela Comissão Europeia) designar o DEA, enquanto a respetiva nomeação é da responsabilidade do Conselho de Administração do FEI, que também determina o mandato e a remuneração do DEA. O DEA trabalha na sede do FEI no Luxemburgo.

O FEI, que faz parte do Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI), a instituição financeira da União Europeia, disponibiliza principalmente capital de risco e instrumentos de garantia para as pequenas e médias empresas (PME). O FEI tem personalidade jurídica e rege-se pelos seus Estatutos<sup>2</sup> e Regulamento Interno. O FEI desempenha um papel essencial em termos de apoio à realização dos objetivos da UE, designadamente em matéria de competitividade, inovação, política social e sustentabilidade. Os seus acionistas são o BEI, a União Europeia (representada pela Comissão Europeia) e um grande número de bancos públicos e privados e instituições financeiras.

O DEA será nomeado por um período máximo de cinco anos, que deverá ter início, em princípio, em 1 de janeiro de 2025.

#### **O que propomos**

Enquanto DEA, assistirá o Diretor Executivo de modo a garantir que o FEI contribua eficazmente para a realização dos objetivos estratégicos da UE e para o seu desempenho financeiro, bem como para o desenvolvimento de produtos e mercados. Desempenhará um papel essencial a nível de liderança da organização, promoção das respetivas atividades, manutenção de relações institucionais com as principais partes interessadas (como o BEI e a Comissão Europeia), supervisão da utilização do capital do FEI e obtenção de financiamentos junto de terceiros a fim de assegurar a continuação das atividades do Fundo e a sua sustentabilidade a longo prazo. Será igualmente responsável pelo desenvolvimento e gestão da metodologia de medição do impacto do FEI e pelas avaliações subsequentes.

Trabalhará juntamente com o Diretor Executivo do FEI e sob a sua orientação direta. Substituirá o Diretor Executivo na ausência deste último, sendo investido dos mesmos poderes, em conformidade com os Estatutos e o Regulamento Interno do FEI. Será supervisionado pelo Conselho de Administração.

---

<sup>1</sup> <https://www.eif.org/attachments/about/eif-rules-of-procedure.pdf>

<sup>2</sup> [https://www.eif.org/attachments/publications/about/EIF\\_Statute.pdf](https://www.eif.org/attachments/publications/about/EIF_Statute.pdf)

Dirigirá e prestará apoio a todas as equipas do FEI, promoverá o seu funcionamento e otimizará as suas atividades, assegurando a maior eficácia possível em termos de custos e mantendo simultaneamente uma forte orientação estratégica.

Trabalhará em estreita colaboração com a equipa que assegura a gestão executiva do FEI e com o seu pessoal, de modo a poder continuar a proporcionar um ambiente de trabalho construtivo, orientado para os serviços e colaborativo, graças ao qual seja possível levar a instituição a adotar um processo de tomada de decisões ágil, eficiente e baseado em dados, o que deverá contribuir grandemente para a concretização das políticas da UE, em especial em matéria de competitividade, inovação e política social e das transições climática e digital. Desta maneira, será possível manter o FEI numa trajetória de crescimento sustentável, criando simultaneamente valor adicional para o seu pessoal, os seus clientes, os seus mandatários e os seus acionistas. Enquanto principal interveniente no âmbito do Grupo BEI e da configuração institucional mais vasta da UE, desempenhará um papel fundamental no que respeita ao estabelecimento de relações externas e à criação de parcerias e redes com as contrapartes do BEI, bem como com outras partes interessadas externas e com os clientes e acionistas do FEI. Trabalhará juntamente com o BEI, a Comissão Europeia e outros acionistas e cooperará com as contrapartes externas ao mais alto nível do processo de tomada de decisões.

Serão, especificamente, da sua competência, as relações institucionais do FEI com as instituições da União Europeia, tais como as relações de alto nível com a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Tribunal de Contas Europeu. Incumbir-lhe-á igualmente coordenar as contribuições do FEI para iniciativas da UE, designadamente o seu Quadro Financeiro Plurianual, elaborar propostas estratégicas com vista à realização dos objetivos políticos da UE no contexto do FEI, supervisionar a execução dos objetivos pertinentes e garantir a sustentabilidade financeira do FEI a longo prazo.

Deverá igualmente colaborar de perto e de uma forma proativa com o Conselho de Administração e o Conselho de Contas do FEI. Terá, imperativamente, de assegurar uma cooperação estratégica com os órgãos estatutários do BEI, como a Presidência, o Comité Executivo, o Conselho de Administração e o Comité de Auditoria do BEI, bem como com os principais quadros superiores do BEI, incluindo o diretor de riscos do Grupo BEI.

Incumbir-lhe-á, mais especificamente, no quadro da liderança do FEI:

- Definir, desenvolver e consolidar a estratégia institucional e organizacional do FEI e assegurar um planeamento operacional abrangente que garanta a realização de atividades operacionais consentâneas com os objetivos a curto e a longo prazo fixados pelos acionistas e pelo Conselho de Administração;
- Criar uma equipa de gestão de alto desempenho e promover uma cultura empresarial caracterizada por uma abordagem aberta e centrada nas pessoas, assente em valores como a integridade, a transparência, o respeito, a justiça e a igualdade de tratamento, a igualdade de género, a abertura face à mudança, a tolerância, a experimentação, a aprendizagem contínua e a melhoria e um empenhamento em respeitar a ética institucional e o sistema de regras aplicável e em garantir um ambiente de trabalho construtivo em benefício de todo o pessoal do FEI;
- Preservar e gerir uma estrutura organizacional sólida e eficaz e dar provas de capacidade para gerir eficazmente a equipa de gestão e o pessoal do FEI; estabelecer sistemas eficazes de delegação e controlo;
- Contribuir e, sempre que necessário, acompanhar a gestão corrente do FEI, assegurando a execução dos seus planos operacionais, com especial destaque para uma implementação eficaz, em termos de custos, das políticas da UE, o acompanhamento e a comunicação dos resultados ao Diretor Executivo e ao Conselho de Administração e a consecução dos objetivos financeiros e operacionais do FEI;
- Representar o FEI a nível externo e manter e desenvolver relações com as partes interessadas, os parceiros e os acionistas externos, a fim de preservar as antigas parcerias e desenvolver novas parcerias;

- Promover e manter um espírito de cooperação construtiva com os órgãos estatutários e o pessoal do BEI, incluindo o Presidente, o Comité Executivo, o Conselho de Administração, o Comité de Auditoria e o Diretor de Riscos do Grupo;
- Promover uma cooperação estreita com as instituições da UE, em especial a Comissão Europeia, no que respeita à execução das políticas da UE, com especial destaque para os setores do empreendedorismo, do clima, da investigação e da inovação, da digitalização, dos investimentos de impacto, da cultura, das competências, da diversidade e da igualdade de género;
- Promover uma colaboração estreita com as instituições de fomento nacionais (NPI) e o Grupo de Acionistas das Instituições Financeiras (FISG);
- Compreender o processo de desenvolvimento e implementação das políticas da UE e implementar e apoiar essas políticas em estreita colaboração com as equipas competentes e os quadros superiores da Comissão Europeia e com os outros organismos e instituições da UE;
- Apoiar o processo legislativo da UE no que respeita à adoção de novas iniciativas políticas que facilitem o acesso ao financiamento e o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- Manter a Comissão de Contas do FEI plenamente informada sobre todas as questões de relevância significativa para o FEI, bem como sobre todos os aspetos relacionados com as questões operacionais e financeiras; facilitar a colaboração entre a Comissão de Contas do FEI e o Comité de Auditoria do BEI;
- Observar os princípios da boa governação, agir com lealdade, honestidade e imparcialidade, respeitar os mais elevados padrões de integridade e deontologia na sua conduta pessoal e profissional e observar os requisitos aplicáveis ao cargo que desempenha<sup>3</sup>.

## **Perfil pretendido**

### **Qualidades pessoais**

- Excelentes capacidades de comunicação, tanto oral como escrita, capacidades políticas, diplomáticas e em matéria de negociação comprovadas, incluindo a capacidade para representar a instituição, ao mais alto nível, junto das partes interessadas e no âmbito de fóruns internacionais.
- Um elevado nível de credibilidade e integridade pessoal e profissional e capacidade para gerir interesses divergentes, conflitos e situações ambíguas; empatia e resiliência.

### **Competências especializadas e experiência profissional**

- Experiência profissional sólida a nível de finanças, sistemas bancários ou mercados financeiros. Dispor de experiência em vários domínios e setores constituiria uma vantagem.
- Experiência em matéria de promoção, elaboração e implementação das políticas da UE. Dispor de experiência em matéria de promoção da competitividade, crescimento sustentável e resiliência da economia da UE e desenvolvimento da União dos Mercados de Capitais constituiria uma grande vantagem.
- Experiência a nível da gestão de programas ou atividades relacionados com o financiamento de PME e empresas de média capitalização que beneficiam de apoio público. Dispor de experiência a nível de apoio às empresas em fase de arranque e em expansão ou à transição ecológica e digital das PME constituiria uma grande vantagem.
- Capacidade para compreender, antecipar e agir em função do papel dos bancos ou instituições públicos de desenvolvimento, como o FEI e o BEI, no âmbito das políticas da UE.

---

<sup>3</sup> Tal como previsto no Código de Conduta do FEI para o Diretor Executivo e o Diretor Executivo Adjunto - [https://www.eif.org/attachments/about/management/EIF\\_Code\\_of\\_Conduct\\_for\\_CE\\_and\\_DCE.pdf](https://www.eif.org/attachments/about/management/EIF_Code_of_Conduct_for_CE_and_DCE.pdf).

## **Competências em matéria de gestão**

- Um sólido historial enquanto gestor no contexto institucional da UE. Dispor de experiência em matéria de gestão junto de um organismo ou instituição da UE, bem como uma experiência de gestão mais longa constituiria uma vantagem.
- Excelentes competências em matéria de gestão, relações pessoais e liderança e experiência de gestão de grandes equipas.
- Historial confirmado em matéria de promoção e desenvolvimento de culturas institucionais inclusivas e de elevado desempenho a nível dos cargos de gestão, obtida no contexto de ambientes multiculturais ou de organizações internacionais, de preferência a UE. Dispor de experiência enquanto membro dos quadros superiores ou a nível de planeamento estratégico constituiria uma vantagem.
- Grande capacidade de execução e para agir de uma forma decisiva, após consulta de todas as partes interessadas e tendo em conta as sensibilidades políticas e estratégicas da UE.

## **Condições de admissão (critérios de admissibilidade)**

Apenas serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, até ao termo do prazo de candidatura, cumprirem os seguintes critérios formais:

- **Nacionalidade**: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- **Título ou diploma universitário**: os candidatos devem possuir, alternativamente:
  - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, sempre que a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
  - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e uma experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).
- **Experiência profissional**: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional<sup>4</sup> pós-licenciatura a um nível correspondente às habilitações mencionadas anteriormente. Pelo menos cinco anos dessa experiência profissional devem ter sido no domínio das atividades do FEI.
- **Experiência de gestão**: pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem corresponder ao desempenho de funções de gestão de alto nível<sup>5</sup> num domínio relevante para este cargo.
- **Línguas**: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia<sup>6</sup> e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante as entrevistas, os

<sup>4</sup> Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

<sup>5</sup> No seu curriculum vitae, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: 1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos; 2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito destas funções; 3) a dimensão dos orçamentos geridos; 4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores; e (5) o número de lugares de grau equiparável.

<sup>6</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

júris verificarão se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.

- **Limite de idade:** os candidatos devem, no final do prazo para a apresentação das candidaturas, ter uma idade que lhes permita cumprir o mandato completo de cinco anos antes do final do mês em que atingem 65 anos de idade (ver artigo 16.º do Estatuto dos Funcionários do Fundo Europeu de Investimento<sup>7</sup>).

## **Seleção e nomeação**

O DEA será designado com base num processo organizado pela Comissão Europeia e nomeado pelo Conselho de Administração do FEI.

A Comissão Europeia seleciona os candidatos de acordo com os seus procedimentos de seleção e de recrutamento (ver o documento sobre a política relativa aos funcionários superiores<sup>8</sup>).

No âmbito desse processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. O júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da sua admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado, que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe uma lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos que forem convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados dessa entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera adequados para exercerem as funções de diretor.

Os candidatos cujos nomes figurem na lista restrita do CCN poderão ser entrevistados pelo(s) membro(s) da Comissão responsável(eis) pela Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros, que é responsável pelas relações com o Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento.

Na sequência dessas entrevistas, a Comissão Europeia designa o candidato cujo nome é comunicado ao FEI. O DEA é nomeado pelo Conselho de Administração do FEI. O facto de o candidato ter sido designado pela Comissão não garante a sua nomeação.

Os candidatos podem ser convocados para outras entrevistas e/ou provas além das indicadas acima.

## **Igualdade de oportunidades**

A Comissão e o Fundo Europeu de Investimento prosseguem o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão e aplicam uma política de igualdade de oportunidades e de não discriminação, incentivando as candidaturas que possam contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

---

<sup>7</sup> [https://www.eif.org/news\\_centre/publications/eif-staff-regulations.pdf](https://www.eif.org/news_centre/publications/eif-staff-regulations.pdf)

<sup>8</sup> [https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission\\_en#documents](https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#documents) (apenas em inglês)

## **Condições de emprego**

O DEA será remunerado pelo FEI. As condições de trabalho no que respeita ao salário e outros aspetos serão estabelecidas pelo Conselho de Administração do FEI e deverão, de um modo geral, refletir as condições aplicadas aos quadros superiores do FEI<sup>9</sup>. O facto de ter sido designado não confere ao candidato o direito de ser contratado pela Comissão Europeia.

O DEA é nomeado pelo Conselho de Administração do FEI para um mandato com uma duração máxima de cinco anos e é elegível para uma nova nomeação. A duração do mandato será determinada pelo Conselho de Administração do FEI. Trata-se de uma posição a tempo inteiro.

O local de afetação é a cidade do Luxemburgo, no Grão-Ducado do Luxemburgo.

O lugar estará disponível, em princípio, a partir de 1 de janeiro de 2025.

## **Independência e declaração de interesses**

Antes de assumir funções, o DEA terá de declarar quaisquer interesses que possam ser considerados prejudiciais ao exercício das suas funções no interesse do FEI. O DEA estará sujeito ao Código de Conduta do FEI para o Diretor Executivo e o Diretor Executivo Adjunto, aprovado pelo Conselho de Administração do FEI aplicável na altura.<sup>10</sup>

## **Informações importantes para os candidatos**

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas agindo em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os membros do júri. Todos os pedidos de informações devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

## **Proteção dos dados pessoais**

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos sejam tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>11</sup>. Estas disposições aplicam-se, em especial, à confidencialidade e à segurança dos dados.

## **Processo de candidatura**

Antes de apresentarem a sua candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em especial no que se refere aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de algum desses critérios implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

---

<sup>9</sup> Para mais informações sobre a remuneração e os benefícios concedidos pelo FEI, consulte <https://www.eif.org/jobs/compensation/index.htm>.

<sup>10</sup> [https://www.eif.org/attachments/about/management/EIF\\_Code\\_of\\_Conduct\\_for\\_CE\\_and\\_DCE.pdf](https://www.eif.org/attachments/about/management/EIF_Code_of_Conduct_for_CE_and_DCE.pdf)

<sup>11</sup> Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass<sup>12</sup>, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). O CV e a carta de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, isso significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar da situação da sua candidatura.

**As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites.** Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem de correio eletrónico para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica dentro do prazo fixado. Recomenda-se vivamente aos interessados que não esperem pelos últimos dias para apresentarem a candidatura, pois uma saturação excecional das linhas ou uma eventual falha da ligação à Internet pode interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando à repetição de todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. As inscrições fora de prazo não serão aceites.

### **Data-limite**

A data-limite para o registo das candidaturas é **22 de abril de 2024, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições deixarão de ser possíveis.

---

<sup>12</sup> Para informações sobre a elaboração de um CV Europass, consulte: <https://europa.eu/europass/en/create-europass-cv>